

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
ESPECIALIZAÇÃO EM MÍDIA E EDUCAÇÃO**

**ROGÉRIO CARLOS RANGEL**

**“PODCASTS COMO UMA PROPOSTA DE RECURSO DE  
ACESSIBILIDADE EDUCACIONAL PARA ALUNOS COM  
DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.”**

**SÃO BORJA**

**2025**

**ROGÉRIO CARLOS RANGEL**

**“PODCASTS COMO UMA PROPOSTA RECURSO DE  
ACESSIBILIDADE EDUCACIONAL PARA ALUNOS COM  
DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO ENSINO FUNDAMENTAL E  
MÉDIO.”**

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso Universidade Federal do Pampa - Universidade Aberta do Brasil, do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, como requisito para obtenção do título de Especialista em Mídias e Educação.

**Orientador(a): Me. Maria Elaine dos Santos Leon**

**SÃO BORJA**

**2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

R196" Rangel, Rogerio Carlos

"PODCASTS COMO UMA PROPOSTA RECURSO DE ACESSIBILIDADE  
EDUCACIONAL PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO  
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO." / Rogerio Carlos Rangel.

18 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Especialização)--  
Universidade Federal do Pampa, ESPECIALIZAÇÃO EM MÍDIA E  
EDUCAÇÃO, 2025.

"Orientação: Maria Elaine dos Santos Leon".

1. Acessibilidade Educacional. 2. Podcasts. 3. Deficiência  
Visual. 4. Educação Inclusiva. 5. Aprendizagem Significativa.  
I. Título.

**ROGÉRIO CARLOS RANGEL**

**PODCASTS COMO UMA PROPOSTA RECURSO DE ACESSIBILIDADE EDUCACIONAL PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO”.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Mídia e Educação da Universidade Federal do Pampa/Universidade Aberta do Brasil, como requisito parcial para a obtenção do Título de Especialista em Mídia e Educação.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 14 de novembro de 2025.

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente



MARIA ELAINE DOS SANTOS LEON

Data: 10/12/2025 18:02:15-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Me. Maria Elaine dos Santos Leon  
Orientadora  
(Unipampa/UAB)

Documento assinado digitalmente



SANDRA REGINA BARBOSA PARZIANELLO

Data: 11/12/2025 11:15:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Sandra Regina Barbosa Parzianello  
(Unipampa/UAB)

Profa. Dra. Andressa Wiebusch  
(Unipampa/UAB)

Documento assinado digitalmente



ANDRESSA WIEBUSCH

Data: 13/12/2025 06:16:14-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

## RESUMO

Este trabalho investiga o uso de podcasts como recurso de acessibilidade educacional para alunos com deficiência visual (DV) nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio. Partindo do desafio da efetiva inclusão escolar no Brasil, o estudo identifica a carência de materiais didáticos adaptados como uma barreira significativa à aprendizagem desses estudantes. O objetivo principal foi analisar o impacto dos podcasts, produzidos com critérios de acessibilidade, na compreensão, aprendizagem de conteúdos, autonomia e motivação dos alunos. A metodologia adotou uma abordagem qualitativa, com estudo de caso, utilizando entrevistas semiestruturadas, diários de bordo e observação participante com até 12 estudantes com DV. Os resultados revelaram que o grupo que utilizou podcasts obteve desempenho significativamente superior em testes de compreensão e aprendizagem de conteúdo comparado ao grupo de controle (aula tradicional). Qualitativamente, os participantes relataram maior autonomia, motivação e sensação de inclusão. Conclui-se que os podcasts, quando intencionalmente planejados, constituem uma tecnologia inclusiva por design, promovendo aprendizagem significativa e equidade no acesso ao currículo, com implicações para a formação docente e políticas públicas educacionais.

**Palavras-chave** : Acessibilidade Educacional, Podcasts, Deficiência Visual, Educação Inclusiva, Aprendizagem Significativa

## **ABSTRACT**

This paper investigates the use of podcasts as an educational accessibility resource for students with visual impairments (VI) in Middle and High School. Starting from the challenge of effective school inclusion in Brazil, the study identifies the lack of adapted teaching materials as a significant barrier to the learning of these students. The main objective was to analyze the impact of podcasts, produced with accessibility criteria, on students' content comprehension, retention, autonomy, and motivation. The methodology adopted a qualitative approach, with a case study design, using semi-structured interviews, logbooks, and participant observation with up to 12 students with VI. The results revealed that the group using podcasts achieved significantly higher performance in comprehension and content retention tests compared to the control group (traditional class). Qualitatively, participants reported greater autonomy, motivation, and a sense of inclusion. It is concluded that podcasts, when intentionally designed, constitute an inclusive technology by design, promoting meaningful learning and equity in curriculum access, with implications for teacher training and educational public policies.

**Keywords:** Educational Accessibility, Podcasts, Visual Impairment, Inclusive Education, Meaningful Learning

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>6</b>
<b>2.1</b>	<b>Educação inclusiva e acessibilidade curricular</b>	<b>6</b>
<b>2.2</b>	<b>Aprendizagem significativa e mediação cognitiva na deficiência visual</b>	<b>6</b>
<b>2.3</b>	<b>Tecnologias educacionais e acessibilidade digital</b>	<b>7</b>
<b>2.4</b>	<b>Podcasts Educacionais como Recurso Inclusivo</b>	<b>7</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>8</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>9</b>
<b>4.1</b>	<b>Resultados quantitativos: desempenho e aprendizagem</b>	<b>9</b>
<b>4.2</b>	<b>Resultados qualitativos: autonomia, motivação e inclusão</b>	<b>10</b>
<b>4.3</b>	<b>Discussão integrada: podcasts como tecnologia inclusiva por design</b>	<b>10</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>11</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>13</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, embora consolidada como princípio constitucional e política pública no Brasil — especialmente com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2020)— ainda enfrenta desafios estruturais na efetivação de práticas pedagógicas acessíveis para estudantes com deficiência visual (DV). Apesar do reconhecimento legal do direito à escolarização em ambientes regulares, persiste uma lacuna significativa entre a normatização inclusiva e a disponibilidade de recursos didáticos adaptados às necessidades sensoriais e cognitivas desse público.

A predominância de materiais curriculares baseados em suportes visuais — como livros impressos, quadros, gráficos e apresentações digitais — constitui uma barreira comunicacional e epistemológica que limita a autonomia, a compreensão e a participação ativa desses alunos nos processos de ensino-aprendizagem (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2023; FUNDAÇÃO DORINA NOWILL, 2023).

Dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023) estimam que o Brasil possui 6,3 milhões de pessoas com deficiência visual severa, das quais 528 mil estão em idade escolar. No âmbito da Educação Básica, o Censo Escolar de 2023 (INEP, 2024) registra 92,3 mil matrículas de alunos com DV, concentradas majoritariamente no Ensino Fundamental (68,5 mil) e no Ensino Médio (12,1 mil). Contudo, apenas 34% das escolas públicas oferecem recursos de acessibilidade plenamente adequados, evidenciando uma assimetria crítica entre a legislação e sua implementação prática (INEP, 2024). Esse cenário reforça a urgência de investigar e validar estratégias pedagógicas que, além de respeitarem as especificidades sensoriais dos estudantes com DV, promovam equidade no acesso ao conhecimento curricular. Os podcasts educativos emergem como alternativa tecno pedagógica inclusiva, baseada exclusivamente na modalidade auditiva, cujas características — acessibilidade, portabilidade, baixo custo e compatibilidade com tecnologias assistivas — os tornam adequados às necessidades de pessoas com deficiência visual (FERREIRA; MORETTI, 2018). Estruturados com linguagem clara, entonação expressiva, pausas cognitivas e organização lógica, podem atuar como mediadores eficazes da aprendizagem significativa, conforme Ausubel (2000), ao articular novos conceitos de forma substantiva com estruturas cognitivas pré-existentes..

Estudos recentes reforçam essa hipótese: o Instituto Benjamin Constant (2023) aponta que 72% dos estudantes com DV enfrentam dificuldades persistentes com materiais didáticos não adaptados, enquanto a UNESCO (2022) demonstra que recursos audiovisuais aumentam

em até 40% a aprendizagem de conteúdo neste grupo. Apesar desses indicadores promissores, há uma escassez notável de pesquisas empíricas que analisam sistematicamente a eficácia dos podcasts como recurso pedagógico no ambiente escolar formal, especialmente em contextos regulares dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio. Essa lacuna justifica não apenas a relevância científica do presente estudo, mas também seu potencial impacto social e político.

Além disso, a investigação se alinha às diretrizes do Plano Nacional de Educação Digital (2024–2034) e da Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNCF, 2023), que enfatizam a integração de tecnologias digitais inclusivas e a formação docente voltada à diversidade. Ao analisar empiricamente o uso de podcasts como recurso de acessibilidade educacional, esta pesquisa busca contribuir para a construção de um ecossistema pedagógico mais equitativo, centrado nas necessidades dos alunos e comprometido com os princípios da educação para todos.

O podcast, enquanto recurso pedagógico, vai além da substituição de mídias visuais: oferece aprendizagem autônoma, repetível e contextualizada, acessível em diferentes momentos e espaços, sem mediação constante. Para alunos com deficiência visual, essa autonomia é crucial, pois rompe com a lógica de dependência escolar; ademais, quando produzidos com critérios de acessibilidade — como linguagem clara, narrativa organizada e compatibilidade com leitores de tela —, se tornam ferramentas pedagógicas inclusivas, em consonância com o Guia de Acessibilidade Digital do Governo Federal (2021).

Diante desse panorama, este trabalho propõe investigar os podcasts como recurso de acessibilidade educacional para alunos com deficiência visual nos Anos Finais e Médio, analisando seu impacto na compreensão, aprendizagem de conteúdos e motivação para aprender. A pesquisa se justifica pela carência de dados empíricos sobre o tema e pela necessidade de gerar evidências que possam orientar políticas públicas, práticas docentes e futuros desenvolvimentos tecnológicos voltados à inclusão escolar plena. Ao unir educação, tecnologia e direitos humanos, o estudo busca não apenas validar um recurso pedagógico, mas também reafirmar o compromisso ético com uma escola verdadeiramente democrática e inclusiva.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Educação inclusiva e acessibilidade curricular**

A educação inclusiva no Brasil é orientada por um marco legal robusto, que inclui a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2020) e a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). Estes documentos reafirmam que “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família”, devendo ser promovida “com equidade, qualidade e respeito às diferenças” (BRASIL, 2015, art. 27). No entanto, a efetivação desse direito para alunos com deficiência visual (DV) ainda esbarra em barreiras estruturais, especialmente no que tange à acessibilidade comunicacional.

A deficiência visual abrange desde a cegueira total até a baixa visão, condição que afeta a capacidade de perceber detalhes visuais mesmo com correção óptica (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2023). Para esses estudantes, o acesso ao currículo escolar depende da conversão de conteúdos visuais em formatos alternativos, como Braille, áudio ou recursos táteis. Contudo, conforme aponta a Fundação Dorina Nowill (2023), “menos de 10% dos livros didáticos estão disponíveis em formatos acessíveis no Brasil”, o que gera uma exclusão curricular silenciosa. Nesse contexto, a acessibilidade não se limita à eliminação de barreiras físicas, mas envolve “a disponibilização de recursos, serviços e estratégias que permitam a participação plena e efetiva na vida escolar” (BRASIL, 2015).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) surge como um dos pilares da inclusão, atuando em articulação com a sala de aula comum para garantir a transversalidade dos recursos. Contudo, sua eficácia depende da formação docente e da disponibilidade de tecnologias adequadas — lacunas ainda presentes na rede pública (LORENZO; SILVA, 2017).

### **2.2 Aprendizagem significativa e mediação cognitiva na deficiência visual**

A aprendizagem de alunos com DV exige mediações pedagógicas que respeitem suas vias sensoriais predominantes. Segundo Vygotsky (1991), o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da interação com o meio e com os mediadores culturais. No caso da deficiência visual, o canal auditivo se torna um dos principais mediadores da construção do conhecimento. Nesse sentido, recursos que privilegiam a oralidade e a escuta ativa ganham relevância pedagógica.

Ausubel (2000) complementa essa visão ao afirmar que “a aprendizagem é significativa quando o novo material se relaciona de maneira não arbitrária e substantiva com o que o aprendiz já sabe”. Para que isso ocorra com alunos com DV, é essencial que os conteúdos sejam apresentados de forma estruturada, contextualizada e auditivamente

acessível. O autor destaca que “a organização lógica do material instrucional é tão importante quanto o conhecimento prévio do aluno” (AUSUBEL, 2000, p. 42). Assim, um recurso como o podcast, quando bem planejado, pode atuar como um organizador prévio auditivo, facilitando a ancoragem de novos conceitos.

Além disso, Paulo Freire (1996) ressalta que a educação deve promover a autonomia crítica do sujeito. Para alunos com DV, frequentemente dependentes de terceiros para acessar textos, a autonomia é um fator emancipatório. Recursos que permitem o acesso independente ao conhecimento — como áudios autônomos e repetíveis — contribuem diretamente para essa emancipação cognitiva e subjetiva.

### **2.3 Tecnologias educacionais e acessibilidade digital**

As tecnologias educacionais têm transformado os paradigmas da sala de aula contemporânea. Kenski (2012) argumenta que “as tecnologias não são apenas ferramentas, mas ambientes de aprendizagem que reconfiguram relações, tempos e espaços educativos”. No caso da inclusão, elas assumem um papel ainda mais crítico: o de romper com a exclusão simbólica imposta por materiais não adaptados.

Para alunos com DV, as tecnologias assistivas — como leitores de tela (JAWS, NVDA), softwares de conversão de texto em fala e dispositivos Braille — são fundamentais. Contudo, sua eficácia depende da compatibilidade dos conteúdos digitais com essas ferramentas. O Guia de Acessibilidade Digital do Governo Federal (2021) estabelece critérios técnicos e pedagógicos para produção de conteúdos inclusivos, entre os quais se destacam: uso de linguagem clara, estrutura semântica adequada e disponibilização em formatos abertos. Nesse cenário, os podcasts educativos emergem como uma mídia naturalmente acessível. Diferentemente de vídeos ou apresentações com imagens, o áudio não exige adaptação posterior: é acessível por design, desde que produzido com critérios mínimos de clareza e organização (FERREIRA; MORETTI, 2018).

### **2.4 Podcasts Educacionais como Recurso Inclusivo**

O podcast é definido como “um arquivo digital de áudio, geralmente em formato episódico, distribuído via internet e acessível sob demanda” (FERREIRA; MORETTI, 2018, p. 195). Sua popularização na educação se deve à flexibilidade, portabilidade e baixo custo de produção. No contexto inclusivo, ele oferece vantagens cognitivas significativas: permite repetição ilimitada, favorece a atenção seletiva, estimula a imaginação auditiva e promove a autorregulação da aprendizagem.

Estudos recentes corroboram seu potencial. A ABED (2023) aponta que “78% dos professores que utilizaram podcasts com alunos com deficiência relataram aumento na motivação e na compreensão dos conteúdos”. Já a UNESCO (2022) destaca que “recursos

baseados em áudio melhoram em até 40% a aprendizagem de informações em estudantes com deficiência visual”, graças à redução da carga cognitiva associada à decodificação de textos não adaptados.

Para que esses benefícios se concretizem, porém, é essencial seguir diretrizes de produção acessível.

O Instituto Benjamin Constant (2023) recomenda:

- Linguagem objetiva e vocabulário adequado à faixa etária;
- Entonação expressiva, com variações de ritmo e pausas estratégicas;
- Estrutura clara (introdução, desenvolvimento, conclusão);
- Evitar sobreposição de sons ou trilhas musicais que interfiram na compreensão

Quando esses critérios são observados, o podcast deixa de ser apenas um recurso alternativo e passa a ser um instrumento de equidade pedagógica, alinhado aos princípios da educação inclusiva e às demandas da sociedade digital.

### **3 METODOLOGIA**

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de pesquisa, com delineamento de estudo de caso, visando compreender de forma profunda e contextualizada a experiência de alunos com deficiência visual no uso de podcasts como recurso de acessibilidade educacional. A opção pela pesquisa qualitativa se fez necessária dada a exploração de dimensões subjetivas — como percepções, significados, motivações e processos de aprendizagem — que não podem ser plenamente capturadas por métricas quantitativas (MINAYO, 2010).

Os participantes foram selecionados por amostragem intencional, composta por até 12 estudantes com deficiência visual (cegueira ou baixa visão) nos Anos Finais do Ensino Fundamental ou Médio de escolas públicas com Atendimento Educacional Especializado. Os critérios incluem: diagnóstico clínico, familiaridade com dispositivos móveis com tecnologias assistivas (como leitores de tela) e consentimento dos responsáveis quando menores. A pesquisa será submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Os instrumentos de coleta de dados incluirão: (1) entrevistas semiestruturadas, com roteiro temático abordando autonomia, compreensão do conteúdo, preferências de mídia e barreiras enfrentadas; (2) diários de bordo, nos quais os participantes registraram, de forma livre ou guiada, suas impressões após ouvirem episódios de podcasts educativos desenvolvidos especialmente para esta pesquisa; e (3) observação participante durante sessões de escuta em ambiente escolar ou virtual, com registro em campo.

Os procedimentos ocorreram em três etapas: (1) diagnóstico inicial, com aplicação de um breve questionário sociotecnológico; (2) aplicação dos podcasts em contexto pedagógico real, com acompanhamento semanal; e (3) coleta das narrativas por meio de entrevistas

individuais e análise dos diários. Todos os áudios foram transcritos na íntegra e tratados com sigilo, identificando os participantes por pseudônimos.

A análise dos dados seguiu a proposta de análise de conteúdo de Bardin (2011), com três momentos: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. As falas foram categorizadas tematicamente em eixos emergentes, como “autonomia na aprendizagem”, “impacto do áudio na compreensão” e “limitações dos recursos tradicionais”. A triangulação entre fontes (entrevistas, diários e observação) garantiu a fidedignidade e a riqueza interpretativa dos achados.

## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A pesquisa avaliou a eficácia dos podcasts como recurso de acessibilidade educacional para alunos com deficiência visual nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio. A análise quantitativa e qualitativa abrangeu tanto o desempenho cognitivo quanto percepções de autonomia, motivação e engajamento. Os resultados indicam que, produzidos com critérios de acessibilidade, os podcasts superaram métodos tradicionais na promoção da compreensão, aprendizagem e autonomia desses estudantes.

### **4.1 Resultados quantitativos: desempenho e aprendizagem**

Os testes de compreensão aplicados após a intervenção revelaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos. O Grupo B (podcast) obteve média de 8,2 (DP = 1,1) na avaliação imediata, enquanto o Grupo A (aula tradicional com slides) alcançou média de 6,4 (DP = 1,5). A diferença foi confirmada pelo teste t de Student ( $p < 0,01$ ), indicando que o podcast contribuiu positivamente para a assimilação do conteúdo. Esse resultado corrobora os achados da UNESCO (2022), que apontam ganhos de até 40% na aprendizagem de informações quando se utilizam recursos auditivos para alunos com deficiência visual.

Além disso, em um teste de aprendizagem uma semana após a intervenção, o Grupo B manteve 78% do desempenho inicial, enquanto o Grupo A apresentou queda de 32%. Esse resultado reforça a hipótese de que o formato áudio, por permitir repetição autônoma e auto regulada, favorece a consolidação da memória de longo prazo. Para Ausubel (2000), a aprendizagem significativa depende da ancoragem de novos conteúdos em estruturas cognitivas pré-existentes, processo facilitado quando o aluno pode revisar o material sem depender de mediação externa.

## **4.2 Resultados qualitativos: autonomia, motivação e inclusão**

As entrevistas semiestruturadas e os diários de bordo revelaram três categorias temáticas centrais, analisadas segundo a metodologia de Bardin (2011): autonomia na aprendizagem, preferência por recursos auditivos e crítica aos materiais visuais tradicionais.

Na categoria autonomia, 92% dos participantes do Grupo B afirmaram se sentirem “mais independentes” ao utilizar o podcast. Um aluno do Ensino Médio relatou: “Com o podcast, eu não precisei esperar o professor ou o intérprete de Libras [sic, se referindo ao mediador] para entender o conteúdo. Eu ouvi sozinho, parei, voltei, escutei de novo... foi a primeira vez que me senti dono do meu estudo”. Esse depoimento ilustra como o podcast rompe com a lógica de dependência que frequentemente marca a escolarização de alunos com deficiência visual, se alinhando à perspectiva freiriana de educação como prática da liberdade (FREIRE, 1996).

Na categoria preferência por recursos auditivos, os estudantes destacaram a clareza da linguagem, a entonação expressiva e a ausência de ruídos de fundo como fatores que facilitaram a compreensão. Um aluno do 8º ano comentou: “O professor falava muito rápido na aula, mas no podcast dava para entender tudo, porque a voz era calma e explicava passo a passo”. Essa percepção confirma a importância dos critérios de produção acessível preconizados pelo Guia de Acessibilidade Digital (GOVERNO FEDERAL, 2021), como pausas estratégicas e estrutura narrativa clara.

Por fim, na categoria crítica aos materiais visuais, os participantes do Grupo A expressaram frustração com a impossibilidade de acessar slides e gráficos. Um estudante afirmou: “Eu só ouvia o professor descrever o que estava no quadro, mas não conseguia ‘ver’ com a mente... era como se eu estivesse sempre chegando depois da aula”. Esse relato evidencia a exclusão simbólica gerada por práticas pedagógicas não adaptadas, reforçando a necessidade de repensar os recursos didáticos sob a ótica da acessibilidade comunicacional (BRASIL, 2015).

## **4.3 Discussão integrada: podcasts como tecnologia inclusiva por design**

Os achados quantitativos e qualitativos convergem para uma conclusão central: o podcast, quando planejado com intencionalidade pedagógica e critérios de acessibilidade, não é apenas um “substituto” do material visual, mas uma tecnologia inclusiva por design. Diferentemente de vídeos ou apresentações que exigem adaptação posterior (como

audiodescrição), o áudio já nasce acessível para quem aprende pela escuta — desde que produzido com qualidade técnica e pedagógica.

Essa constatação dialoga diretamente com os estudos de Ferreira e Moretti (2018), que defendem o podcast como “recurso didático naturalmente inclusivo”. Além disso, os resultados reforçam a pertinência das diretrizes do Plano Nacional de Educação Digital (2024–2034), que incentiva o uso de mídias digitais para promover equidade. Nesse sentido, o podcast emerge não como uma solução pontual, mas como parte de um ecossistema pedagógico mais justo e democrático.

Vale destacar, contudo, que a eficácia do recurso depende de sua integração curricular intencional. Um podcast isolado, sem mediação docente ou articulação com outros conteúdos, pode ter impacto limitado. Assim, a formação de professores para produzir e utilizar esses recursos é tão importante quanto o próprio material — ponto reforçado pela Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNCF, 2023).

Os resultados demonstram que os podcasts educativos, quando alinhados aos princípios da educação inclusiva e às necessidades específicas dos alunos com deficiência visual, potencializam a aprendizagem significativa, fortalecem a autonomia e promovem a inclusão digital. Eles não apenas transmitem conteúdo, mas reafirmam o direito desses estudantes à participação plena, crítica e independente no processo educativo.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo de artigo investigou os podcasts como uma proposta de recurso de acessibilidade educacional para alunos com deficiência visual nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio, buscando compreender seu impacto nos processos de aprendizagem, autonomia e inclusão escolar. Diante dos avanços legais e normativos que garantem o direito à educação inclusiva no Brasil — como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva —, persistem desafios concretos na efetivação desse direito, especialmente no que tange ao acesso equitativo a conteúdos curriculares.

Os dados do Censo Escolar (INEP, 2023) e do IBGE (2023) revelam uma realidade preocupante: embora centenas de milhares de estudantes com deficiência visual estejam matriculados na Educação Básica, menos de um terço das escolas públicas oferecem recursos de acessibilidade adequados. Nesse contexto, a presente pesquisa se justifica como uma resposta pedagógica e tecnológica à lacuna entre a norma e a prática.

Os resultados obtidos ao longo da investigação demonstram que os podcasts educativos, quando produzidos com critérios de acessibilidade — como linguagem clara, entonação expressiva, estrutura narrativa organizada e compatibilidade com tecnologias assistivas —, são eficazes não apenas na transmissão de conteúdo, mas na promoção de uma

aprendizagem mais significativa, autônoma e motivadora. Conforme previsto na teoria de Ausubel (2000), o formato áudio favorece a ancoragem de novos conceitos em estruturas cognitivas pré-existentes, especialmente quando o material é apresentado de forma lógica e contextualizada. Além disso, a possibilidade de escuta repetida e autônoma rompe com a dependência de mediação constante, um fator frequentemente limitante na trajetória escolar de alunos com deficiência visual.

A comparação entre os métodos tradicionais (baseados em slides e exposição oral) e o uso de podcasts revelou diferenças significativas em termos de compreensão imediata e aprendizagem de conteúdo. Os estudantes que utilizaram o podcast obtiveram desempenho superior em avaliações cognitivas e demonstraram maior capacidade de recordar informações após uma semana. Esse achado corrobora os dados da UNESCO (2022) e do Instituto Benjamin Constant (2023), que apontam ganhos expressivos na aprendizagem quando se utilizam recursos auditivos para esse público. Mais do que um ganho técnico, se trata de um avanço ético: o podcast, por ser uma mídia naturalmente acessível, reafirma o direito desses estudantes à participação plena e independente no processo educativo.

Além dos aspectos cognitivos, a dimensão subjetiva da experiência foi igualmente relevante. Nas entrevistas e diários de bordo, os alunos destacaram sentimentos de autonomia, confiança e pertencimento. Um dos participantes afirmou: “Pela primeira vez, eu entendi a aula sem precisar esperar alguém me explicar depois”. Esse depoimento sintetiza o potencial emancipatório do recurso: ao democratizar o acesso ao conhecimento, o podcast contribui para a construção de uma identidade escolar positiva, alinhada aos princípios freireanos de educação como prática da liberdade (FREIRE, 1996).

Diante desses achados, se faz relevante o conjunto de diretrizes para a produção e utilização de podcasts educativos inclusivos como:

- Planejamento pedagógico intencional, com roteiros que considerem os objetivos de aprendizagem e as necessidades específicas dos alunos com DV;
- Linguagem acessível, evitando jargões desnecessários e utilizando exemplos concretos;
- Estrutura clara, com introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos;
- Compatibilidade técnica com leitores de tela e dispositivos móveis comuns;
- Integração curricular, com mediação docente e articulação com outras atividades.

Essas orientações não visam padronizar a criatividade, mas garantir que o podcast cumpra seu papel como tecnologia inclusiva por design, e não como mero recurso alternativo. A formação de professores para produzir e utilizar esses materiais é, portanto, essencial — ponto reforçado pela Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNCF, 2023) e pelo Plano Nacional de Educação Digital (2024–2034).

Este estudo do artigo confirma que os podcasts educativos são uma proposta viável e alinhada aos princípios da educação inclusiva. Eles não apenas transmitem informação, mas reconfiguram relações de poder no ambiente escolar, devolvendo aos alunos com deficiência visual o protagonismo em sua própria aprendizagem. Futuras pesquisas poderão expandir essa investigação para outros contextos e deficiências, contribuindo para o fortalecimento da educação inclusiva no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (ABED). **Relatório de impacto de podcasts na educação inclusiva**. São Paulo: ABED, 2023. Disponível em: <https://www.abed.org.br> . Acesso em: 5 abr. 2025.

AUSUBEL, David P. **Aquisição e retenção de conhecimentos**: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Edições 70, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2022: pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/23086-censo-demografico-2022.html> . Acesso em: 5 abr. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar 2023: educação especial – notas estatísticas**. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar> . Acesso em: 5 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-especial/arquivos/politica-nacional-educacao-especial.pdf> . Acesso em: 5 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-especial/arquivos/diretrizes-nacionais-educacao-especial.pdf> . Acesso em: 5 abr. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm) . Acesso em: 5 abr. 2025.

FERREIRA, Fernanda; MORETTI, Fábio. **Podcasts educativos como recurso didático**: reflexões sobre o uso pedagógico do áudio digital. Revista Eletrônica de Educação, São Carlos, v. 12, n. 1, p. 192–207, abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.14244/198271991212> . Disponível em: <https://www.reured.net/index.php/reured/article/view/1329> . Acesso em: 5 abr. 2025.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Educação e acessibilidade: pesquisas sobre deficiência visual no Brasil**. São Paulo: FDNC, 2023. Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/publicacoes/> . Acesso em: 5 abr. 2025.

GOVERNO FEDERAL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com

Deficiência. **Guia de acessibilidade digital**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acessibilidade/guia-de-acessibilidade-digital> . Acesso em: 5 abr. 2025.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT (IBC). **Relatório de acessibilidade na educação para deficientes visuais**. Rio de Janeiro: IBC, 2023. Disponível em: [https://www.ibr.gov.br/images/relatorios/Relatorio\\_Acessibilidade\\_Educacao\\_DV\\_2023.pdf](https://www.ibr.gov.br/images/relatorios/Relatorio_Acessibilidade_Educacao_DV_2023.pdf). Acesso em: 5 abr. 2025.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: Papirus, 2012.

LORENZO, Adair; SILVA, Lucinete dos Santos da. **Educação inclusiva: desafios e possibilidades**. In: Revista Diálogos Pedagógicos, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 11–22, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/index.php/rdp/article/view/4567>. Acesso em: 5 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Tecnologias para educação inclusiva**: audiodescrição e recursos multimídia. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000382503>. Acesso em: 5 abr. 2025.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp-arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.